

Mas não há, por parte, nem do governo federal, nem do governo estadual, um interesse de revitalização das linhas férreas para o transporte de passageiros. Eu sou jovem, mas sei que aqui alguns deputados, como o deputado Zerbini, por exemplo, deve ter viajado muito de trem, da Capital para o interior. (Voz fora do microfone.) Não, não. De experiente e de ter conhecido esse transporte de passageiros. Isso! Quando criança, com os pais.

Eu também tive essa oportunidade, com a minha mãe, de viajar de Araraquara a Americana. Hoje não existe mais essa possibilidade. Não existe. O que a gente tem é o transporte de cargas que corta o Estado, que corta o País. E que, infelizmente, a gente não tem a possibilidade da exploração do transporte de passageiros pelos trilhos, que foram tão importantes no século passado. Mas que na Europa, por exemplo, continuam sendo fundamentais.

Hoje nós vamos para um país da Europa e, ou utilizamos o metrô, ou utilizamos os trens, de alta velocidade e de média velocidade. Eu tenho certeza que, aqui, muitos dos deputados e muitas das deputadas já fizeram algum tipo de viagem nesse tipo de transporte, com qualidade, pontualidade, limpeza e, principalmente, com preço acessível.

Tenho certeza que a deputada Marina Helou já deve ter vivido essa experiência no transporte de passageiros na Europa. Eu também. Aliás, insisto nisso. Acho que é uma alternativa viável. Sustentável e viável.

Mas que, infelizmente, nem o governo federal e nem o governo estadual olham para essa questão tão importante e fundamental. Aliás, é o contrário. O que a gente tem assistido, ao longo dos anos, é o incentivo ao transporte rodoviário. A gente sabe o custo desse transporte e o que faz mal ao meio ambiente, com a queima de combustível.

O governador, com a pressa que lhe é peculiar, quer, goela abaixo, aprovar o projeto. É impressionante. Parece que isso é um vício que o governador atual traz do governador anterior. Porque o Dória é isso. Aliás, é importante a gente refletir sobre os projetos que o governo Dória trouxe para esta Casa e aprovou de forma açodada, sem o debate, sem o aprofundamento.

Hoje, no Pequeno Expediente, citei, por exemplo, a extinção da autarquia Sucen, que ocorreu em 2020. Nós estamos em 2022. O projeto foi gestado em 2019. E os servidores da Sucen foram, agora, para a Secretaria de Saúde e, na hora de receber os salários, não receberam.

Duzentos e dezesseite deles estão sem salário. Porque houve um problema de comunicação, houve um problema sei lá do quê, de estrutura do RH. Agora, é inadmissível um projeto aprovado em 2020, que teve sua prorrogação da extinção por duas vezes, 180 dias, não ser exequível, e as pessoas não receberem salário

Esse projeto, o 148, de 2022, dispõe sobre o Subsistema Ferroviário do Estado de São Paulo - SFE/SP -, a organização do transporte ferroviário de cargas e de passageiros - e aqui o pulo do gato - e o uso da infraestrutura ferroviária e os tipos de outorga para a exploração indireta de ferrovias no âmbito do estado de São Paulo, entre outras providências.

Extraí-se que a modalidade eleita para a delegação do serviço público foi a autorização, conforme a gente vai relatar aqui ao longo do texto do projeto de lei. Aliás, eu queria só perguntar se o projeto já está disponível aqui, pois eu gostaria muito de poder usá-lo, até porque eu acho que é importante a gente resgatar o roteiro desse projeto.

O Projeto no 148, de 2022 - que dispõe, então, sobre o Subsistema Ferroviário do Estado de São Paulo, a organização do transporte ferroviário de cargas e passageiros, o uso da infraestrutura ferroviária e os tipos de outorga para a exploração indireta de ferrovias no âmbito do estado de São Paulo, e dá outras providências -, é datado, ainda pelo ex-governador e ex-candidato a presidente da república João Dória, no dia 28 de março de 2022.

Talvez aqui já haja a primeira explicação. O projeto já vem contaminado pela pressa que o deputado Alex de Madureira expõe todos os dias aqui, com a sua verve, com o seu interesse.

Nós não podemos fazer de um projeto desta envergadura, deputado Alex de Madureira, nenhuma medida tão rápida que não possa ser discutida e debatida. Não podemos. É um erro, mais um erro. Por isso, eu disse que talvez a origem do erro comece aqui, com quem manda o projeto para a Casa, o então governador João Dória.

O projeto foi publicado no Diário Oficial do Estado no dia 29 de março. No dia quatro de abril, prazo regimental para apresentação de emendas de pauta, foram apresentadas 52 emendas.

No dia cinco de abril, foi distribuído para a CCJR, Comissão de Constituição, Justiça e Redação; e no dia 11 de abril, comunicado o vencimento do prazo. No dia 12 de maio, esgotado o prazo previsto no Art. 26, parágrafo único, da Constituição do Estado; e no dia 12 de maio, pronto para a Ordem do Dia.

Reparem só: esse projeto não passou, deputado Nishikawa, por um congresso de comissões. Primeiro porque os congressos não deram quórum; segundo porque possivelmente um projeto dessa envergadura mereceria um amplo debate.

Teve uma audiência pública, é verdade. Eu não pude participar, mas a deputada líder da bancada, Márcia Lia, participou; deputada Bebel também participou; deputado Dr. Jorge do Carmo... Outros deputados da bancada do PT participaram. Eu não pude, porque tinha uma atividade que me impedia de estar presente. Eu apresentei emendas, a bancada do PT apresentou emendas, o deputado Emídio apresentou emendas, a deputada Márcia Lia apresentou emendas, a deputada Bebel apresentou emendas.

E, infelizmente, parece que não teve, por parte do Governo, da liderança do Governo, nenhuma sensibilidade de abrir um debate sobre as emendas apresentadas. Nenhuma. Deputado Barros Munhoz, que é um decano nesta Casa, sabe da importância de se debater um projeto desta importância com mais prazo e menos rapidez. Há o risco de errar, sempre, quando a gente faz isso.

Eu dei o exemplo da Sucen. O senhor deve ter acompanhado aqui: uma empresa extinta em 2020, que teve a prorrogação de 180 dias por duas vezes. Ao final do prazo, os funcionários são transferidos para a Saúde. E agora, no dia do pagamento, não recebem o salário; e não recebem porque havia contradições na folha que era gerada pela Sucen e na folha que agora é gerada pela Saúde.

Eu me pergunto: como é possível isso, depois de três anos? Três. Porque quem decidiu extinguir, não decidiu em 2020. Decidiu em 2019, porque esse projeto é um dos primeiros que o então governador Dória encaminhou a esta Casa. Nós não podemos permitir isso; nós não podemos dar de barato que nós vamos aqui aprovar rapidamente, por vários motivos.

A SRA. MÁRCIA LULA LIA - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - DIRCEU DALBEN - CIDADANIA - É regimental. Convido o deputado Tenente Nascimento, junto com o deputado Aldo, para fazer a chamada dos nobres deputados. Fica preservado o horário do orador, deputado Paulo Fiorilo.

O SR. ALEX DE MADUREIRA - PL - Sr. Presidente, eu queria fazer uma comunicação bem rápida, até o Tenente Nascimento sentar aí.

O SR. PRESIDENTE - DIRCEU DALBEN - CIDADANIA - Neste momento ainda não cabe. Assim que oportuno, V. Exa. tem a palavra. Não temos sessão no momento, temos que fazer a contagem. O deputado Tenente Nascimento faz a chamada e o deputado Aldo anota a presença.

* * *

- Verificação de presença.

* * *

O SR. PRESIDENTE - DIRCEU DALBEN - CIDADANIA - Quórum suficiente. Continua a sessão. Com a palavra o orador, deputado Paulo Fiorilo, pelo tempo ainda restante. Antes, para uma comunicação, o deputado Alex de Madureira.

O SR. ALEX DE MADUREIRA - PL - PARA COMUNICAÇÃO - Obrigado, Sr. Presidente. Só lamentar aqui, Sr. Presidente...

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Não precisa da anuência do orador, Sr. Presidente?

O SR. ALEX DE MADUREIRA - PL - Enquanto o senhor estava se dirigindo, deputado Paulo.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Mas agora eu cheguei, porque eu nunca vi um negócio desse.

O SR. ALEX DE MADUREIRA - PL - O seu tempo está garantido, deputado Paulo. O senhor quer mandar mais do que o presidente, Sr. Paulo?

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Não, mas não é por isso. É porque proceduralmente, regimentalmente, o presidente precisa me consultar. Se o senhor não lê o regimento...

O SR. PRESIDENTE - DIRCEU DALBEN - CIDADANIA - Com a palavra... Alex de Madureira, só um minutinho, por favor. Não vamos criar confusão.

Assim que o deputado Paulo Fiorilo concluir, eu passo a palavra ao senhor. Realmente precisava da anuência do deputado.

O SR. ALEX DE MADUREIRA - PL - O senhor pode me dar só um aparte, deputado Paulo?

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Infelizmente não poderia. E eu peço que o senhor se recolha aí nesse seu quadrado.

O SR. PRESIDENTE - DIRCEU DALBEN - CIDADANIA - Com a palavra o orador. Por favor, deputado. A palavra é sua, vai começar a contar o tempo.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Primeiro, eu queria agradecer ao senhor, mais uma vez, pela correta posição regimental. É inadmissível que o deputado não entenda que há um regimento nesta Casa, que pode tudo. Não pode tudo.

O SR. PRESIDENTE - DIRCEU DALBEN - CIDADANIA - É por isso mesmo que esta Presidência deu ao senhor a palavra e, após a sua palavra, a comunicação. Desculpe pela falha desta Presidência interina. Eu sou novo ainda, vou aprender.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - O senhor tem toda a experiência necessária para conduzir esta sessão.

O SR. PRESIDENTE - DIRCEU DALBEN - CIDADANIA - Muito obrigado, deputado. Com a palavra.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Eu queria então, Sr. Presidente, retomar aqui o debate, aproveitar aqui, inclusive, para fazer um registro. Estava na verificação de presença dialogando com o deputado Jorge do Carmo e ele me disse, pasmem, que nem o secretário esteve presente na audiência pública e nem o DER. Nenhum dos dois. Então, assim, que audiência pública é essa? Não podemos considerar.

Então, o debate açodado, depois a ausência dos responsáveis, e nós vamos votar? Não, por favor. E queria insistir com o líder do Governo, deputado Vinícius Camarinha, para que pudesse ter a sensibilidade que lhe é característica e que não se vote esse projeto neste semestre.

Quem sabe possamos votá-lo após a eleição, até porque fica muito mais fácil, mais tranquilo. Nós vamos saber qual é o quadro, qual é o cenário, quem ganhou e quem não ganhou.

Ai sim a gente toma uma decisão, até porque nós estamos perdendo a oportunidade de fazer um debate impar com relação ao transporte de trilhos, que todo mundo insiste que gostaria de fazer, mas aqui não. Aqui a gente vota açodadamente.

Eu falava aqui ao deputado Zerbini que, quando jovem, quando criança, teve a oportunidade, assim como outros deputados, de conhecer o sistema de trens. Tenho certeza de que o deputado Conte Lopes, a deputada Márcia Lia, não sei o deputado Barba, tiveram a oportunidade de andar, de vivenciar essa experiência em um vagão, em uma cabine de trem.

É triste, porque não tem mais. Agora é carga, carga, carga. Lá em Araraquara, a Márcia Lia sabe, é de lá, tem a Rumo, que ainda corta a cidade. Espero que a gente um dia viva uma situação diferente e não tenha a Rumo cortando a cidade.

Mesmo nas regiões mais longínquas, em que nós viajávamos, por exemplo, para o Mato Grosso de trem. Eu sou da época, deputado Zerbini, para não ter nenhum problema, eu viajei a Aquidauana e uma parte da viagem fiz de trem, o que me orgulha muito, porque eu tive essa experiência que meu filho não terá, exceto caso ele vá a algum país que ainda tenha a prioridade do trem, que é um sistema de transporte ecológicamente correto, que pode ajudar aqueles que precisam se locomover de forma mais barata.

Infelizmente aqui não. A deputada Marta também, tenho certeza, deve ter tido essa experiência. Se não conheceu, deputada Marta, vale a pena saber a importância que têm os trilhos, que desenvolveram o interior.

O deputado Barros deve saber melhor do que eu, foram os trilhos das ferrovias que levaram o desenvolvimento para as cidades distantes da Capital. Se lá atrás a gente teve as Bandeiras, que fizeram o que fizeram, a gente teve nos trilhos a oportunidade e a possibilidade de ampliar essa relação entre o interior e o estado de São Paulo, não só do ponto de vista econômico, mas do ponto de vista social.

Por isso, deputado Camarinha, o meu tempo se vai, eu queria deixar aqui esse pedido, até porque nós temos duas semanas e eu vou insistir, nessas duas semanas nós deveremos nós dedicar a duas coisas.

Primeiro, o governo pagar as emendas impositivas, porque não é possível. Dia dois acaba o prazo. Se algum deputado ou deputada aqui já recebeu emenda impositiva me contem, porque eu não recebi.

E dois, vamos deixar...

O SR. ALEX DE MADUREIRA - PL - Terminou...

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Não acabou o meu tempo. Sr. Presidente, será que não tem um regimento interno para a gente dar para o deputado Alex? Não terminou o tempo, o senhor está me interrompendo.

O SR. PRESIDENTE - DIRCEU DALBEN - CIDADANIA - Para concluir, orador.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Eu vou concluir porque o deputado me interrompeu, faltavam 11 segundos.

Eu queria propor ao deputado Camarinha que se empenhe para pagar as emendas, para terminar aquilo que está devendo, porque é inacreditável um governo com tanto dinheiro não poder pagar aquilo que é compromisso constitucional.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

A SRA. MÁRCIA LULA LIA - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - DIRCEU DALBEN - CIDADANIA - Com a palavra a deputada Márcia Lia, mas, antes, para uma comunicação, o deputado Alex de Madureira.

O SR. ALEX DE MADUREIRA - PL - PARA COMUNICAÇÃO - Obrigado, Sr. Presidente. Só para lamentar aqui, eu sei que já foi dada essa notícia, mas tivemos agora em Piracicaba um atentado, infelizmente, em um ônibus, no perímetro urbano da cidade, no centro da cidade, na Av. Armando Salles, onde três pessoas foram covardemente assassinadas dentro do transporte urbano, do ônibus urbano, e mais três pessoas foram feridas.

Então, é só para lamentar mesmo essas famílias que perderam seus entes queridos. A Polícia Militar trabalhou muito rápido. Parabenizo a Polícia Militar, que retirou o indivíduo de dentro do ônibus, inclusive, em uma ação muito rápida.

Então, é para lamentar realmente e parabenizar o serviço da Polícia Militar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - DIRCEU DALBEN - CIDADANIA - Com anuência do presidente da Mesa, deputado Carlos Pignatari, a Alesp, a Assembleia Legislativa também se solidariza com as famílias e com a cidade. Infelizmente, a esse nível de violência todos os municípios estão passíveis. A gente precisa mesmo de muita fé em Deus, buscar Deus e, cada vez mais, as autoridades agirem para evitar isso.

O SR. VINÍCIUS CAMARINHA - PSDB - Pela ordem, presidente.

O SR. PRESIDENTE - DIRCEU DALBEN - CIDADANIA - Com a palavra a deputada Márcia Lia. Abre mão? Líder do Governo, deputado Vinícius Camarinha com a palavra.

O SR. VINÍCIUS CAMARINHA - PSDB - Sr. Presidente, é uma satisfação ver V. Exa. presidindo a Casa. Quereria dizer que nós construímos um acordo com todos os líderes presentes.

Eu não sei se não consultei algum líder que chegou agora na Casa e eu queria que, se houvesse algum óbice, que se manifestasse, mas o acordo trata de darmos por discutida uma hora do Projeto 148 e levantarmos a presente sessão, presidente.

O SR. PRESIDENTE - DIRCEU DALBEN - CIDADANIA - Então, havendo acordo de todos os partidos, de todas as lideranças, dá-se por discutida uma hora do projeto e está levantada a sessão.

* * *

- Levanta-se a sessão às 18 horas e 07 minutos.

* * *

22 DE JUNHO DE 2022 61ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidência: CORONEL TELHADA, LETÍCIA AGUIAR e WELLINGTON MOURA

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - CORONEL TELHADA

Assume a Presidência e abre a sessão.

2 - LETÍCIA AGUIAR

Por inscrição, faz pronunciamento.

3 - LETÍCIA AGUIAR

Assume a Presidência.

4 - CORONEL TELHADA

Por inscrição, faz pronunciamento.

5 - PRESIDENTE LETÍCIA AGUIAR

Endossa o pronunciamento do deputado Coronel Telhada.

6 - CORONEL NISHIKAWA

Por inscrição, faz pronunciamento.

7 - RAFA ZIMBALDI

Por inscrição, faz pronunciamento.

8 - PRESIDENTE LETÍCIA AGUIAR

Cumprimenta os alunos da Universidade Unità, presentes no plenário.

9 - GIL DINIZ

Para comunicação, faz pronunciamento.

10 - PRESIDENTE LETÍCIA AGUIAR

Endossa o pronunciamento do deputado Gil Diniz.

11 - ENIO LULA TATTO

Por inscrição, faz pronunciamento.

12 - JANAINA PASCHOAL

Por inscrição, faz pronunciamento.

13 - PRESIDENTE LETÍCIA AGUIAR

Endossa o pronunciamento da deputada Janaina Paschoal.

14 - WELLINGTON MOURA

Assume a Presidência.

15 - DELEGADA GRACIELA

Por inscrição, faz pronunciamento.

16 - VALERIA BOLSONARO

Por inscrição, faz pronunciamento.

GRANDE EXPEDIENTE

17 - LETÍCIA AGUIAR

Por inscrição, faz pronunciamento.

18 - DOUGLAS GARCIA

Por inscrição, faz pronunciamento (aparteado pela deputada Valéria Bolsonaro).

19 - PRESIDENTE WELLINGTON MOURA

Faz eco ao discurso do deputado Douglas Garcia.

20 - CARLOS GIANNAZI

Para comunicação, faz pronunciamento.

21 - PRESIDENTE WELLINGTON MOURA

Afirma que o professor estadual não é obrigado a abordar questões de diversidade.

22 - VALERIA BOLSONARO

Para comunicação, faz pronunciamento.

23 - CARLOS GIANNAZI

Para comunicação, faz pronunciamento.

24 - CONTE LOPES

Por inscrição, faz pronunciamento.

25 - CARLOS GIANNAZI

Pelo art. 82, faz pronunciamento.

26 - PRESIDENTE WELLINGTON MOURA

Defende a aprovação do PDL 22/20, apesar de o considerar inconstitucional.

27 - CARLOS GIANNAZI

Para comunicação, faz pronunciamento.

28 - PRESIDENTE WELLINGTON MOURA

Explica por que considera o texto do PDL 22/20 inconstitucional.

29 - PATRICIA BEZERRA

Pelo art. 82, faz pronunciamento.

30 - CARLOS GIANNAZI

Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.

31 - PRESIDENTE WELLINGTON MOURA

Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária de 23/06, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Lembra a realização da sessão extraordinária hoje, às 16h30min. Levanta a sessão.

* * *

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Coronel Telhada.

* * *

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

* * *

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Presente o número regimental de assinaturas de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior e recebe o expediente na data de hoje, quarta-feira, dia 22 de junho de 2022.

No Pequeno Expediente nós temos os seguintes oradores inscritos: deputado Castello Branco. (Pausa.) Deputado Itamar Borges. (Pausa.) Deputado Delegado Olim. (Pausa.) Deputada Márcia Lia. (Pausa.) Deputado Sargento Neri. (Pausa.) Deputada Janaina Paschoal. (Pausa.) Deputada Maria Lúcia Amary. (Pausa.) Deputada Marta Costa. (Pausa.) Deputado Roberto Morais. (Pausa.) Deputado Gil Diniz. (Pausa.) Deputado Edson Giriboni. (Pausa.) Deputado Tenente Nascimento. (Pausa.) Deputado Adalberto Freitas. (Pausa.) Deputada Leci Brandão. (Pausa.) Deputada Analice Fernandes. (Pausa.) Deputado Edmir Chedid. (Pausa.) Deputado Alex de Madureira. (Pausa.) Deputado Major Mecca. (Pausa.) Deputado Sebastião Santos. (Pausa.) Deputada Professora Bebel. (Pausa.) Deputado Carlos Giannazi. (Pausa.) Deputado Coronel Telhada, eu falarei posteriormente. Deputado Carlos Cezar. (Pausa.) Deputado Coronel Nishikawa. (Pausa.) Deputado Paulo Fiorilo. (Pausa.) Deputada Valéria Bolsonaro. (Pausa.) Deputado Rodrigo Moraes. (Pausa.) Deputada Adriana Borgo. (Pausa.) Deputado Marcos Damasio. (Pausa.) Deputada Letícia Aguiar. Vossa Excelência tem o tempo regimental.

A SRA. LETÍCIA AGUIAR - PP - Boa tarde, Sr. Presidente, cumprimento V. Exa., cumprimento todos os servidores da Casa e todos os que nos acompanham pela Rede Alesp.

Sr. Presidente, quero comunicar, compartilhar, sobre um ocorrido que houve comigo na semana passada, no dia 15 de junho de 2022, aqui na Assembleia Legislativa. Eu acho que é um alerta importante, a gente precisa falar deste tema: mulheres que são perseguidas no ambiente de trabalho. Existe um

cidadão que circula por este Parlamento, por esta Assembleia Legislativa, que tem livre acesso aqui, em vários gabinetes, e ele esteve já por diversas vezes em meu gabinete procurando a mim, a minha equipe.

Na semana passada ele agiu de maneira ameaçadora à minha pessoa e aos servidores que estavam trabalhando na nossa equipe dentro do gabinete. Imediatamente eu procurei aqui a delegacia de Polícia Civil que fica localizada na Assembleia Legislativa, fui muito bem atendida, fiz um registro de ocorrência, fiz um boletim de ocorrência, porque me senti intimidada, agredida, pelo comportamento desse cidadão, que circula livremente aqui na Assembleia Legislativa.

A Polícia Militar também que nos deu todo o respaldo, toda a orientação de como seguir. E o nosso pedido também para que a Mesa Diretora, a Mesa da Assembleia, impeça que cidadãos com esse comportamento atuem dessa maneira agressiva, intimidadora, ameaçando mulheres aqui dentro.

Por que eu falo "mulheres"? Porque ele esteve em diversos gabinetes de deputados homens, inclusive do Coronel Telhada também, e ele jamais agiu de maneira intimidadora.

Agora, quando é no gabinete de uma mulher, de uma deputada mulher, ele agiu dessa maneira. E aí eu fui verificar, fui fazer o levantamento de quem era esse cidadão, e aqui está, olha, presidente.

Isso aqui é a ficha corrida desse cidadão, olha. Ficha corrida. E ele falou para mim, também em tom ameaçador, que ele tinha pegado 16 anos de cadeia. E de fato pegou mesmo, estão aqui todas as ocorrências em torno deste cidadão.

Então esse é um alerta importante, porque as mulheres precisam estar devidamente protegidas; as pessoas precisam estar devidamente protegidas no ambiente de trabalho. Mas é claro que a mulher, em comparação à força de um homem, é desigual.

Então a gente não sabe se o comportamento de um homem como esse, de um cidadão como esse, que tem essa ficha corrida aqui, olha, circulando na Assembleia Legislativa, perseguindo deputadas mulheres pode fazer algo mais grave, como o que ocorreu, que está circulando nas redes sociais, que vocês estão acompanhando desde ontem

Trata-se de um caso gravíssimo da procuradora-geral do município de Registro, no interior de São Paulo, que ela foi agredida por um colega dentro da própria prefeitura onde trabalham. A ação foi filmada por outra funcionária, e mostra que também o procurador Demétrius desferiu socos e chutou a colega.

A agressão teria sido motivada pela abertura de um processo administrativo contra o procurador, por conta da sua postura no ambiente de trabalho. Um boletim de ocorrência foi feito no distrito policial do município.

A procuradora relatou à Polícia que o colega Demétrius apresentava comportamento suspeito e que já havia sido grosseiro com outra funcionária do setor. Ela disse que cobrou providências, pois estava com medo de trabalhar com ele no mesmo ambiente de trabalho. A procuradora informou ter enviado um memorando à secretaria administrativa para um procedimento administrativo.

O procurador Demétrius, que espancou a procuradora-geral de Registro, aqui no interior de São Paulo, foi afastado do cargo nesta quarta-feira, dia 22, e teve seu salário cortado, conforme consta do "Diário Oficial" do município. O processo administrativo contra ele deve resultar na sua exoneração.

Quero, por favor, pedir ao Machado que coloque as imagens estarrecedoras do momento da agressão desse vagabundo contra a mulher vítima dessa agressão.

* * *

- É exibido o vídeo.

* * *

Aí mostra a vítima no chão sendo golpeada. A outra colega tentando impedir mais agressões também foi agredida. É um caso gravíssimo. Tem a imagem dela machucada aí? Por favor, Machado.

É importante mostrar, destacar, porque a gente não pode silenciar diante de abusos como esse, de absurdos como esse. Ninguém merece passar por isso, muito menos uma mulher, e a gente não pode apenas se revoltar, a revolta não pode ficar apenas em palavras.

Um bandido, um criminoso como esse, um agressor de mulheres como esse deve ser punido exemplarmente, tem que servir, inclusive, de exemplo para tantos outros agressores que ousarem desferir agressões contra pessoas e contra mulheres, ainda mais em ambiente de trabalho, a mulher que busca ir trabalhar, que vai fazer a sua missão, que vai realizar o seu